

INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto do Decreto-lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro “POCAL”, o Relatório de Gestão deverá proporcionar uma visão clara da situação económica e financeira relativa ao exercício, espelhar a eficiência na utilização dos meios afectos à persecução das actividades desenvolvidas pela autarquia bem como a eficácia na realização dos objectivos.

Nesta perspectiva, o presente trabalho tenta traduzir, embora de uma forma sucinta, nas suas diversas peças escritas, mapas e gráficos, a execução das Grandes Opções do Plano e do Orçamento no ano de 2011.

Foram desenvolvidos vários esforços dentro dos requisitos legais, com recurso a todos os mecanismos económico-financeiros, técnicos e administrativos ao alcance do executivo, no sentido de proporcionar tanto quanto possível, a concretização das actividades previstas, tendo-se procurado atingir os melhores resultados possíveis.

Relativamente à contabilidade de custos e após sua implementação no ano 2010, o ano 2011 foi caracterizado pelo aperfeiçoamento dos circuitos e procedimentos associados.

ANÁLISE DO CONTROLO ORÇAMENTAL

1. Modificações Orçamentais

Apesar de na elaboração do Orçamento se ter seguido os princípios e regras previstas no ponto 3 do POCAL, procurando-se prever todas as situações, só com a execução do orçamento é possível verificar a realidade da situação financeira da autarquia.

Como em qualquer gestão previsional no decurso do ano, para persecução dos objectivos, a realidade da receita e da despesa diverge do previsto, quer porque se constata que as dotações previsionais se apresentam insuficientemente dotadas quer porque, por qualquer razão, não foram inscritas.

Neste sentido, torna-se necessário aplicar o mecanismo das modificações das dotações iniciais, tendo esta Câmara Municipal efectuado durante o ano 2011 vinte modificações ao Orçamento, quinze às Grandes Opções do Plano e duas revisões ao Orçamento e

duas às Grandes Opções do Plano, nas quais se procedeu a ajustamentos entre as várias rubricas, tendo-se mantido o valor inicial, como se pode verificar no mapa seguinte:

	Receita			Despesa		
	Inicial	Após modificações	Dif.	Inicial	Após modificações	Dif.
Corrente	34.791.582,00	36.825.254,00	2.033.672,00	34.675.250,00	35.666.100,00	990.850,00
Capital	13.905.147,00	11.235.279,00	-2.669.868,00	14.024.750,00	13.033.900,00	-990.850,00
Outras receitas	3.271,00	639.467,00	636.196,00			0,00
Total	48.700.000,00	48.700.000,00	0,00	48.700.000,00	48.700.000,00	0,00

Não obstante as alterações verificadas aos documentos previsionais em termos de orçamento não foi alterado o equilíbrio entre a despesa e a receita, sendo que a despesa corrente se apresentou inferior à receita da mesma natureza no final de 2011.

2. Resumo da execução orçamental

RECEITAS CORRENTES				DESPESAS CORRENTES			
	Previsão	Execução	%		Previsão	Execução	%
2010	39.081.835,00	25.950.201,75	66,40%	2010	39.027.868,00	22.566.291,75	57,82%
2011	36.825.254,00	24.354.057,36	66,13%	2011	35.666.100,00	22.800.210,95	63,93%

RECEITAS CAPITAL				DESPESAS CAPITAL			
	Previsão	Execução	%		Previsão	Execução	%
2010	14.840.533,00	3.738.027,03	25,19%	2010	14.894.500,00	6.485.747,17	43,54%
2011	11.874.746,00	2.981.741,77	25,11%	2011	13.033.900,00	4.155.064,09	31,88%

2.1 Resumo da execução orçamental da receita

	Receitas Cobradas Brutas	2011		Taxa de Execução
		Orçamento	Execução	
Correntes	Impostos directos	7.769.202,00	7.589.389,31	97,69%
	Impostos indirectos	1.151.840,00	502.158,32	43,60%
	Taxas, multas e outras penalidades	391.112,00	199.627,36	51,04%
	Rendimentos da propriedade	11.800.000,00	164.725,63	1,40%
	Transferencias correntes	9.338.404,00	9.234.485,86	98,89%
	Venda de bens e serviços correntes	3.406.100,00	3.635.258,71	106,73%
	Outras receitas correntes	2.968.596,00	3.028.412,17	102,01%
	Total das receitas correntes	36.825.254,00	24.354.057,36	66,13%
Capital	Venda de bens de investimento	8.042.062,38	6,00	0,00%
	Transferencias capital	3.193.067,00	2.330.740,80	72,99%
	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00%
	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00%
	Outras receitas capital	150,00	0,00	0,00%
Total das receitas capital	11.235.279,38	2.330.746,80	20,74%	
Outras	Reposições não abatidas nos pagamentos	3.271,00	14.799,35	452,44%
	Saldo da gerência anterior	636.195,62	636.195,62	100,00%
Total	48.700.000,00	27.335.799,13	56,13%	

Relativamente à execução da receita total em 2011, podemos verificar que na globalidade se atingiu 56,13% do valor previsto no orçamento.

Esta situação resulta da baixa execução das receitas de capital, na qual se verifica uma taxa de 20,74% e que se deveu essencialmente à venda de bens de investimentos, uma vez que o clima de recessão económica do país, não nos permitiu alienar o que se estimou.

É de referir que a execução da receita corrente é de 66,13%.

2.2 Resumo da execução orçamental da despesa

Despesa	2011		Taxa de Execução
	Orçamento	Execução	
Despesas com pessoal	12.643.635,00	10.880.517,88	86,06%
Aquisição de bens e serviços	15.626.125,00	8.097.981,19	51,82%
Juros e outros encargos	693.600,00	496.852,39	71,63%
Correntes Transferências correntes	1.492.290,00	872.010,52	58,43%
Subsídios	2.856.500,00	362.826,38	12,70%
Outras despesas correntes	2.353.950,00	2.090.022,59	88,79%
Total das despesas correntes	35.666.100,00	22.800.210,95	63,93%
Aquisição de bens de capital	7.432.300,00	2.057.826,11	27,69%
Capital Transferências capital	721.600,00	353.419,00	48,98%
Activos financeiros	3.120.000,00	0,00	0,00%
Passivos financeiros	1.760.000,00	1.743.818,98	99,08%
Outras despesas capital	0,00	0,00	0,00%
Total das despesas capital	13.033.900,00	4.155.064,09	31,88%
Total	48.700.000,00	26.955.275,04	55,35%

No que respeita às despesas pudemos verificar que na globalidade estas apresentam uma execução de 55,35% relativa ao previsto no orçamento, sendo a percentagem de execução da despesa correntes 32,05 pontos percentuais superior á da despesa de capital.

3. Receita

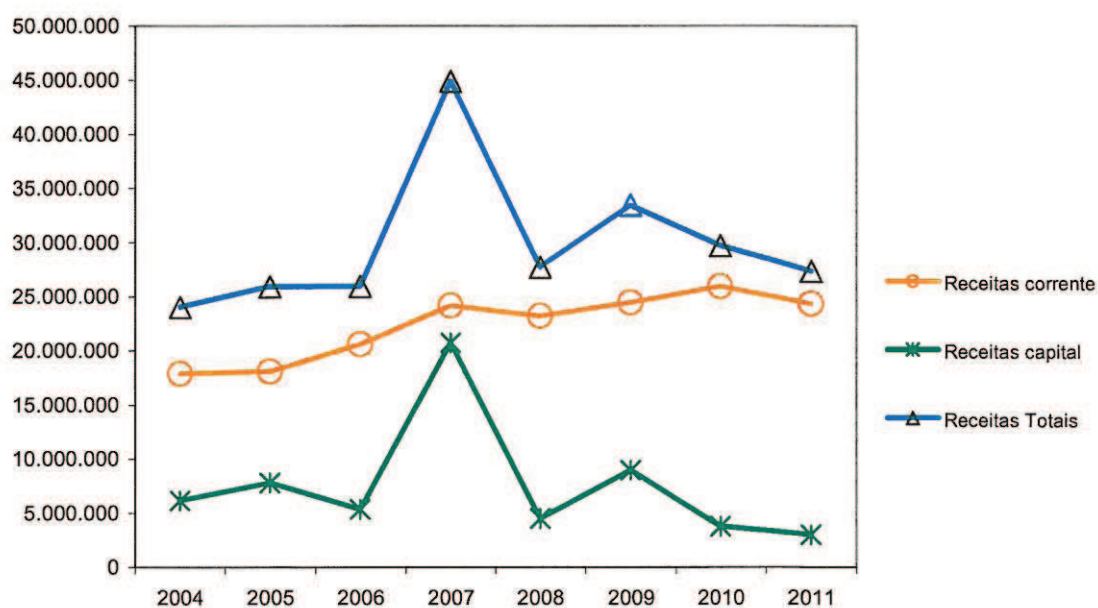
3.1. Análise da Receita

3.1.1 Evolução da receita total

Receitas	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Receitas corrente	17.890.876,34	18.104.262,23	20.607.042,99	24.160.074,55	23.233.915,10	24.470.965,57	25.950.201,85	24.354.057,36
Receitas capital	6.124.725,99	7.799.585,56	5.336.148,23	20.725.945,38	4.491.926,33	8.933.196,35	3.738.027,03	2.981.741,77
Total	24.015.602,33	25.903.847,79	25.943.191,22	44.886.019,93	27.725.841,43	33.404.161,92	29.688.228,88	27.335.799,13

Analisando a evolução da receita entre 2010 e 2011, constata-se que a receita arrecadada em 2011 teve um decréscimo de 7,92% em relação ao valor cobrado no ano 2010. Através da visualização gráfica seguinte, podemos verificar a evolução dos últimos anos, situação esta que se alterou nestes dois últimos anos.

È de salientar o crescimento anormal da receita no ano 2007, pois deveu-se essencialmente à utilização de empréstimo bancário para construção de habitação social (sito na Rua da Armonia) e outros investimentos e à execução de obras financiadas pelos fundos comunitários.



3.1.2 Evolução da receita corrente

Receitas Correntes	2010	2011
Impostos Directos	9.658.147,74	7.589.389,31
Impostos Indirectos	233.138,19	502.158,32
Taxas, Multas e Outras Penalidades	249.052,29	199.627,36
Rendimentos de Propriedade	703.406,04	164.725,63
Transferências Correntes		
FEF/FSM/IRS	4.645.332,00	4.818.885,00
Outras	3.977.628,34	4.415.600,86
Venda de Bens e Serviços	5.467.862,02	3.635.258,71
Outras Receitas Correntes	1.015.635,23	3.028.412,17
Total	25.950.201,85	24.354.057,36

A receita corrente registou uma redução de 6,15% entre 2010 e 2011, tendo contribuído para esta situação redução de metade das rubricas, sendo a mais expressiva os impostos directos, cuja análise se efectuará no ponto 3.1.7.

3.1.3 Evolução da receita capital

Receita de Capital	2010	2011
Venda de Bens de Investimento	2,00	6,00
Transferências de Capital		
FEF	2.178.053,43	2.074.268,00
Outras	679.635,16	256.472,80
Activos Financeiros	0,00	0,00
Passivos Financeiros	400.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	44,90	0,00
Total	3.257.735,49	2.330.746,80

Com se pode verificar existiu uma diminuição expressiva da receita de capital de 28,46%, devido essencialmente ao empréstimo bancário utilizado no ano anterior e às transferências relativas a apoios financeiros, nomeadamente comunitários, objecto de análise no ponto 3.1.6.

3.1.4 Realização da receita

Receitas	2010		2011		Taxa de Crescimento
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	
Receitas correntes					
Impostos Directos	9.658.147,74	32,69%	7.589.389,31	27,76%	-21,42%
Impostos Indirectos	233.138,19	0,79%	502.158,32	1,84%	115,39%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	249.052,29	0,84%	199.627,36	0,73%	-19,85%
Rendimentos de Propriedade	703.406,04	2,38%	164.725,63	0,60%	-76,58%
Transferências Correntes					
FEF/FSM/IRS	4.645.332,00	15,72%	4.818.885,00	17,63%	3,74%
Outras	3.977.628,34	13,46%	4.415.600,86	16,15%	11,01%
Venda de Bens e Serviços	5.467.862,02	18,51%	3.635.258,71	13,30%	-33,52%
Outras Receitas Correntes	1.015.635,23	3,44%	3.028.412,17	11,08%	198,18%
Total	25.950.201,85	87,84%	24.354.057,36	89,09%	-6,15%
Receitas de capital					
Venda de Bens de Investimento	2,00	0,00%	6,00	0,00%	200,00%
Transferências de Capital					
FEF	2.178.053,43	7,37%	2.074.268,00	7,59%	-4,77%
Outras	679.635,16	2,30%	256.472,80	0,94%	-62,26%
Activos Financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	400.000,00	1,35%	0,00	0,00%	0,00%
Outras Receitas de Capital	44,90	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	3.257.735,49	11,03%	2.330.746,80	8,53%	-28,46%
Reposições não abatidas nos pagamentos	2.412,69	0,01%	14.799,35	0,05%	513,40%
Saldo da Gerência anterior	330.816,23	1,12%	636.195,62	2,33%	
Total	29.541.166,26	100,00%	27.335.799,13	100,00%	-7,47%

A totalidade da receita do município em cada ano traduz o nível de recursos que, segundo diversas proveniências, lhes foram disponibilizados para a assunção do desenvolvimento das suas atribuições. Também, como é natural, esse montante está diretamente correlacionado com a riqueza gerada no território nacional, sofrendo as influências da conjuntura nacional e internacional.

Para melhor análise da receita foi elaborado o quadro anterior. Este, visa desagregar a receita municipal nas suas principais categorias, para que se tornem perceptíveis não só a dimensão e o peso relativo de cada uma delas, mas também a sua evolução relativamente ao ano anterior. A receita global do Município decresceu 2.205.367,13 euros entre 2010 e 2011, traduzindo-se numa redução de 7,47%.

As transferências correntes e de capital, representam 42,31% da receita total, sendo importante analisar a sua desagregação e crescimento relativamente ao ano anterior.

Neste sentido verifica-se um aumento das transferências correntes (7,09%) e uma redução expressiva das transferências de capital (18,44%), relativamente ao ano anterior.

Transferências Correntes e Capital	2010	2011	Crescimento	
			Valor	Taxa
Transf. Correntes	8.622.960,34	9.234.485,86	611.525,52	7,09%
Sociedades e Quase-Sociedades Financeiri	0,00	1.920,00	1.920,00	
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.266.735,00	3.111.401,00	-155.334,00	
Fundo Social Municipal	729.402,00	694.719,00	-34.683,00	
Participação fixa no IRS	649.195,00	1.012.765,00	363.570,00	
Fundos Comunitários	0,00	118.114,91	118.114,91	
Outras	3.691.091,27	3.944.636,23	253.544,96	
Serviços e Fundos Autónomos	106.725,31	105.110,73	-1.614,58	
Famílias	179.811,76	245.818,99	66.007,23	
Transf. de Capital	2.857.688,59	2.330.740,80	-526.947,79	-18,44%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.177.823,00	2.074.268,00	-103.555,00	
Outras	230,43	0,00	-230,43	
Fundos Comunitários	679.635,16	256.472,80	-423.162,36	
Total	11 480.648,93	11.565.226,66	84.577,73	0,7%

3.1.5 Realização da Receita Corrente

Após análise do quadro da realização da receita, constata-se que a receita corrente representa 89,09% da receita total, índice, este que cresceu 6,15 pontos percentuais em relação ao ano passado.

Após estudo da evolução das várias sub-contas relativamente ao ano anterior, verifica-se que a descida mais expressiva em termos de valor os “Impostos Directos”, tal como consta da análise efectuada no ponto 3.1.2 – Evolução da receita corrente, seguida da “Venda de Bens e Serviços”.

Quanto às restantes rubricas verifica-se que a maior subida se registou nas “Outras Receitas Correntes” (2.012.776,94€), seguida das “Outras Transferências Correntes” (437.972,52€).

O valor expressivo das “Outras Receitas Correntes” deve-se essencialmente ao acerto de contas entre o Município e a empresa municipal Ambiolhão em virtude de esta só ter iniciado a sua actividade no 2º semestre do ano.

3.1.6 Realização da Receita Capital

Continuando ainda com a análise do quadro referente à execução da receita, constata-se que a receita de capital representa 8,53% da receita total da Câmara Municipal, sendo o “FEF” e “Outras Transferências de Capital” as rubricas mais expressivas.

Alguns dos projectos estratégicos definidos pelo executivo camarário foram objecto de financiamento a fundos comunitários, tendo sido formalizados para o efeito diversos pedidos de pagamento de candidaturas formalizadas e aprovadas em anos anteriores.

Os apoios estruturais que constituíram receita durante o ano de 2011 foram provenientes de candidaturas no QREN 2007-20013, cujo instrumento de auxílio financeiro foi o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), que apoia investimentos produtivos, em infra-estruturas, acções de desenvolvimento do potencial endógeno e iniciativas de desenvolvimento local e o Fundo Social Europeu (FSE), que é o fundo estrutural que contribui para o reforço da política económica e social da União, melhorando o emprego e as possibilidades de emprego.

As intervenções executadas abrangidas pelos fundos estruturais foram concretizadas através dos programas operacionais regionais e do programa operacional temático potencial humano, cujos eixos de actuação têm como objectivos, promover o desenvolvimento sustentável das regiões e da coesão económica e social em Portugal.

No que se refere às candidaturas formalizadas ao Eixo 3 do POALGARVE 21 o FEDER recebido foi de € 241.294,30 e o Município investiu em infra-estruturas escolares de importância estratégica para o concelho, nomeadamente na ampliação da EB1/JI de Moncarapacho, na elaboração do Plano de Pormenor do Centro Histórico, na aquisição de painéis solares para as piscinas municipais, de equipamento para a implementação do Balcão Único e de material para o Museu da Cidade, para a exposição “Os compromissos marítimos no Algarve” inserido na exposição conjunta da Rede de Museus do Algarve designada “Do Reino à Região”.

Projecto	Valor
Ampliação da EB1/JI de Moncarapacho	79.993,27
Elaboração do Plano de Pormenor do Centro Histórico de Olhão	102.739,76
Energias Renováveis e Eficiência Energética	22.261,50
Simplex Autárquico - Lojas do Múncipe em Rede	13.500,00
Museus em Rede	22.799,77
Plano Municipal de Promoção das Acessibilidades do Concelho de Olhão (PMPAO)	9.802,35
Grupo de Ação Costeira do Sotavento Algarve (GAC)	2.421,60
INTERRG-III A	2.954,55
Total	256.472,80

Relativamente ao Programa Operacional Temático Potencial Humano (POPH) o Município formalizou uma candidatura na tipologia 8.6.5 – Acções de Investigação,

Sensibilização e Promoção de Boas Práticas, visando a elaboração de do Plano Municipal de Promoção das Acessibilidades do Concelho de Olhão (PMPAO), tendo sido transferida a verba do FSE, de € 9.802,35, a título de adiantamento. Durante o ano de 2011 foram elaboradas as peças do procedimento do PMPAO, cujo concurso limitado por prévia qualificação será lançado em 2012.

Durante o ano de 2011 o Município também recebeu verbas provenientes do FEDER, referentes a projetos tranfronteiriços, INTERRG-III A, no valor de € 2.954,55 e € 25.890,24, projetos INCUBE e IBERTUR respetivamente, que foram executados em anos anteriores.

No que se refere ao projeto Grupo de Ação Costeira do Sotavento Algarve (GAC) foram recebidas verbas no valor de € 94.646,27, (€ 92.224,67 – despesas com pessoal e aquisições de bens e serviços; € 2.421,60 – bens de capital) a título de adiantamento no Fundo Europeu para as Pescas FEP), no âmbito da candidatura para a aquisição de competências e cooperação (funcionamento do secretariado técnico do GAC).

3.1.7 Receitas Próprias

As receitas próprias representam 55,31% da receita total do município, valor inferior ao obtido no ano anterior (58,36%) devendo-se à redução generalizada nas receitas próprias.

Relativamente às outras receitas, este aumento deve-se à razão já referida no ponto 3.1.5.

A redução das componentes das receitas próprias contribuiu para uma redução global das receitas próprias em 12,74% relativamente ao ano anterior, o que significa que diminuiu a capacidade própria do Município em gerar recursos financeiros.

Receitas próprias	2010	2011	%	Taxa crescimento
Receitas próprias correntes				
Impostos Locais	9.891.285,93	8.091.547,63	53,52%	-18,20%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	249.052,29	199.627,36	1,32%	-19,85%
Rendimentos de Propriedade	703.406,04	164.725,63	1,09%	-76,58%
Vendas de Bens e Serviços	5.467.862,02	3.635.258,71	24,04%	-33,52%
Outras Receitas Correntes	1.015.635,23	3.028.412,17	20,03%	198,18%
Total	17.327.241,51	15.119.571,50	100,00%	-12,74%
Receitas próprias de capital				
Venda de Bens de Investimento	2,00	6,00	0,00%	0,00%
Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Outras Receitas de Capital	44,90	0,00	0,00%	0,00%
Total	46,90	6,00	0,00%	0,00%
Total da receitas próprias	17.327.288,41	15.119.577,50	100,00%	-12,74%

Porque esta componente da receita constitui uma fonte de financiamento importante para o Município, na medida em que é resultado da gestão efectuada pelo executivo, o quadro anterior apresenta a estrutura das receitas próprias e permite verificar, com mais pormenor, como são constituídas.

A sua análise revela que os "Impostos Locais" contribuem com 53,52%, "Venda de Bens e Serviços" com 24,04% das receitas próprias.

Caracterizando o conceito apresentado anteriormente, "Na óptica da classificação económica", conclui-se que são receitas provenientes essencialmente da cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis e Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosa de Imóveis que constituem a principal fonte de receitas próprias do Município.

As receitas próprias são essencialmente constituídas por receita corrente, representando esta na presente gerência 62,08%, não tendo a receita de capital qualquer expressão.

Segue-se a análise de rácios, efectuada com o objectivo de encontrar indicadores médios que permitam efectuar comparações entre grandes componentes contabilísticas e assim verificar a capacidade financeira do Município, comparativamente neste dois últimos anos.

Rácios	2010	2011
Receitas Próprias / Receita Total	58,36%	55,31%
Receitas Próprias Correntes / Receita Corrente	66,77%	62,08%
Receitas Próprias Capital / Receita Capital	0,00%	0,00%
Impostos Locais / Receita Total	33,32%	29,60%
Impostos Locais / Receita Corrente	38,12%	33,22%
Venda de Bens de Investimento / Receita Total	0,00%	0,00%
Venda de Bens de Investimento / Receita Capital	0,00%	0,00%

Assim, verificamos que o peso das receitas próprias diminuiu relativamente à receita total, em virtude da redução generalizada de todas as receitas próprias.

Como se pode verificar, as receitas próprias são compostas por várias componentes, das quais se destacam as verbas provenientes das vendas de bens e serviços, de acordo com o mapa seguinte:

Rubricas	2011	%
Água	2.442.793,36	67,20%
Serviços sociais, recreativos e de desporto	281.229,11	7,74%
Transportes colectivos pessoas e mercadorias	149.300,95	4,11%
Trabalhos por conta particulares	8.278,53	0,23%
Cemitérios	75.013,99	2,06%
Mercados e feiras	36.642,20	1,01%
Parque estacionamento	67.795,22	1,86%
Rendas	309.409,91	8,51%
Outros	264.795,44	7,28%
Total	3.635.258,71	100,00%

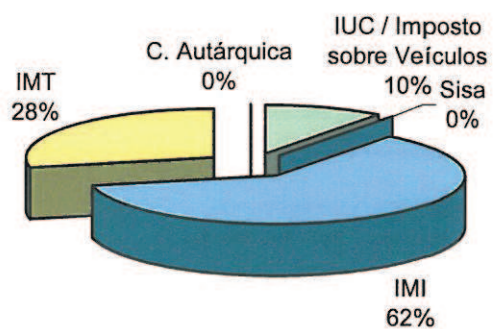
No âmbito das vendas de bens e serviços, a maior contribuição ainda é relativa às águas, seguida das rendas de habitação e serviços sociais, recreativos e de desporto. É de salientar para o facto da receita cobrada com a água é referente apenas ao 1º semestre, tendo sido efetuado acerto de contas com a empresa municipal Ambiolhão, através de reembolsos e restituições no montante de 1.809.991,88€.

Dada a importância que a receita fiscal, normalmente assume nas receitas próprias convirá identificar os diversos impostos e respectiva estrutura:

Designação	2010	%	2011	%
C. Autárquica	18.961	0,20%	2.005	0,03%
IUC / Imposto sobre Veículos	743.742	7,70%	787.645	10,38%
Sisa	6.618	0,07%	0	0,00%
IMI	4.207.287	43,56%	4.638.918	61,12%
IMT	4.681.539	48,47%	2.160.821	28,47%
Total	9.658.148	100,00%	7.589.389	100,00%

Como se pode verificar houve uma redução dos impostos, provocada pela quebra expressiva do Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosa de Imóveis a qual não foi

compensada pelo aumento Imposto Municipal sobre Imóveis, sendo este os mais representantes dos impostos directos.



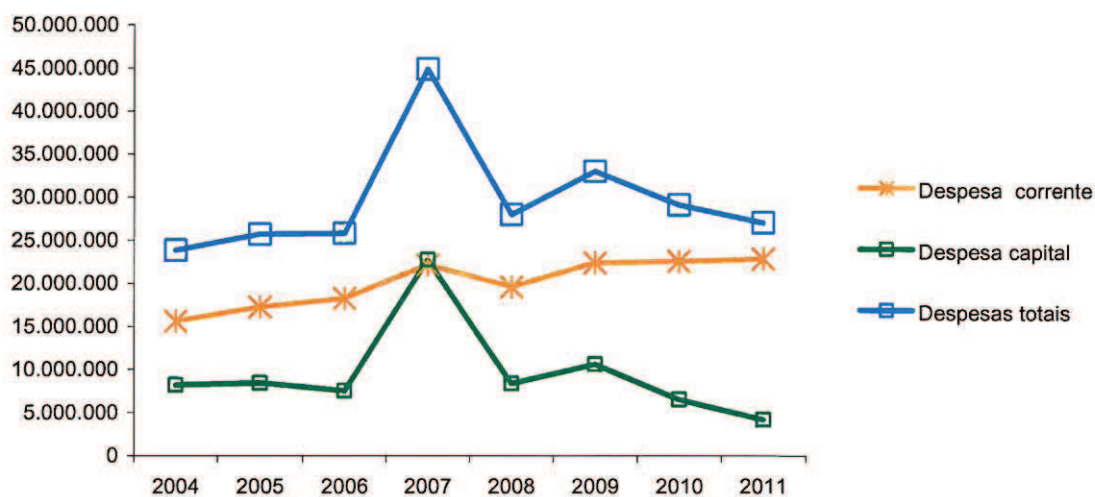
4. Despesas

4.1. Análise da Despesa

4.1.1 Evolução da despesa total

Despesas	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Despesa corrente	15.618.708,77	17.256.617,54	18.267.630,91	22.106.181,04	19.598.025,99	22.365.827,99	22.566.291,75	22.800.210,95
Despesa capital	8.161.902,68	8.373.273,47	7.481.102,94	22.709.861,10	8.335.391,15	10.561.313,66	6.485.747,17	4.155.064,09
Despesas totais	23.780.611,45	25.629.891,01	25.748.733,85	44.816.042,14	27.933.417,14	32.927.141,65	29.052.038,92	26.955.275,04

Analisada a evolução da despesa, constata-se um crescimento da despesa ao longo dos anos, sendo em 2007 o crescimento anormal em virtude das razões já identificadas no ponto 3.1.1 do presente relatório, tendo na gerência de 2010 invertido esta situação, a qual se manteve nesta gerência.



4.1.2 Evolução da despesa corrente

Despesa corrente	2010	2011
Despesa com o pessoal	12.177.407,72	10.880.517,88
Aquisição de bens e serviços	7.399.076,11	8.097.981,19
Juros e outros encargos	546.438,31	496.852,39
Transferências correntes	1.493.284,88	872.010,52
Subsídios	456.386,92	362.826,38
Outras despesas correntes	493.697,81	2.090.022,59
Total	22.566.291,75	22.800.210,95

A despesa corrente do ano 2011, registou um aumento pouco expressivo de 1,04%. Para esta situação contribuiu essencialmente o aumento da “Aquisição de bens e serviços” e das “Outras despesas correntes”, no valor de 698.905,08€ e 1.596.324,78€, respectivamente.

Relativamente às “Outras despesas correntes” encontra-se registado nesta conta o reembolso e restituições efetuado à empresa Ambiolhão, conforme já referido anteriormente.

4.1.3 Evolução da despesa capital

Despesa de capital	2010	2011
Aquisição de bens de capital	4.703.014,36	2.057.826,11
Transferências de capital	505.378,09	353.419,00
Activos Financeiros	49.929,12	0,00
Passivos Financeiros	1.227.425,60	1.743.818,98
Outras despesas capital	0,00	0,00
Total	6.485.747,17	4.155.064,09

A despesa de capital registou uma diminuição expressiva relativamente ao ano anterior, cuja taxa se situou em 35,94%, devido essencialmente à redução da aquisição de bens de capital e das transferências de capital.

4.1.4 Realização da despesa

Caracterizadas as principais fontes de financiamento do Município, no ano de 2011, abordam-se, para além do comportamento da despesa corrente e de capital, as despesas de funcionamento, serviço da dívida e ainda despesas de investimento.

As despesas com pessoal serão objecto de apreciação no ponto 4.1.7 – Despesas de funcionamento.

Comparando os anos 2010 e 2011, constata-se que a despesa total teve uma redução de 7,22%, sendo que as despesas correntes apresentam, neste mesmo período, um índice de crescimento de 1,04% e um decréscimo 35,94% nas de capital.

Despesas	2010		2011		Taxa de crescimento
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	
Despesa corrente					
Despesa com o pessoal	12.177.407,72	41,92%	10.880.517,88	40,37%	-10,65%
Aquisição de bens e serviços	7.399.076,11	25,47%	8.097.981,19	30,04%	9,45%
Juros e outros encargos	546.438,31	1,88%	496.852,39	1,84%	-9,07%
Transferências correntes	1.493.284,88	5,14%	872.010,52	3,24%	-41,60%
Subsídios	456.386,92	1,57%	362.826,38	1,35%	-20,50%
Outras despesas correntes	493.697,81	1,70%	2.090.022,59	7,75%	323,34%
Total	22.566.291,75	77,68%	22.800.210,95	84,59%	1,04%
Despesa de capital					
Aquisição de bens de capital	4.703.014,36	16,19%	2.057.826,11	7,63%	-56,24%
Transferências de capital	505.378,09	1,74%	353.419,00	1,31%	-30,07%
Activos Financeiros	50.000,00	0,17%	0,00	0,00%	-100,00%
Passivos Financeiros	1.227.425,60	4,22%	1.743.818,98	6,47%	42,07%
Outras despesas capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	6.485.818,05	22,32%	4.155.064,09	15,41%	-35,94%
Total da despesa	29.052.109,80	100,00%	26.955.275,04	100,00%	-7,22%

4.1.5 Realização da Despesa Corrente

Da análise da estrutura representativa de cada uma das componentes da despesa corrente, verifica-se que a mais expressiva é a “Despesa com pessoal” 40,37%, seguida da “Aquisição de bens e serviços” 30,04%.

Podemos ainda referir que o aumento da despesa corrente teve como contributo o aumento das despesas com aquisição de bens e serviços e das outras despesas correntes.

Relativamente às transferências correntes verifica-se uma diminuição devido às transferências para as famílias e instituições sem fins lucrativos.

Rubricas	2010	2011	Variação	
			Valor	Taxa
Sociedades e quase sociedades financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00%
Administração central	0,00	0,00	0,00	0,00%
Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00%
Instituições sem fins lucrativos	1.004.309,07	540.178,41	-464.130,66	-46,21%
Famílias	488.975,81	331.832,11	-157.143,70	-32,14%
TOTAL	1.493.284,88	872.010,52	-621.274,36	-41,60%

4.1.6 Execução da Despesa de Capital

Relativamente às despesas de capital verifica-se uma diminuição de 35,94%, sendo a redução mais expressiva verificada na aquisição de bens de capital e das transferências de capital.

Rubricas	2010	2011	Variação	
			Valor	Taxa
Aquisição de bens de capital	4.703.014,36	2.057.826,11	-2.645.188,25	-56,24%
Transferências de capital	505.378,09	353.419,00	-151.959,09	-30,07%
Activos Financeiros	50.000,00	0,00	-50.000,00	-100,00%
Passivos Financeiros	1.227.425,60	1.743.818,98	516.393,38	42,07%
Total	6.485.818,05	4.155.064,09	-2.330.753,96	-35,94%

4.1.7 Despesas de Funcionamento

As despesas de funcionamento coincidem, de um modo geral, com as despesas correntes e consistem basicamente nas despesas que afectam o património não duradouro do município.

As despesas de funcionamento incluem a totalidade da Despesa Corrente deduzida dos Encargos Financeiros e Transferências Correntes.

Neste grupo de Despesa devem ser considerados os seguintes subgrupos:

Rubricas	2010		2011	
	Valor	%	Valor	%
Pessoal	12.177.407,72	60,67%	10.880.517,88	51,64%
Aquisição de Bens e Serviços	7.399.076,11	36,87%	8.097.981,19	38,44%
Outras despesas correntes	493.697,81	2,46%	2.090.022,59	9,92%
Total	20.070.181,64	100,00%	21.068.521,66	100,00%

De referir que os valores em análise aumentaram relativamente ao ano anterior em 4,97%.

As duas rubricas mais representativas na estrutura da despesa corrente são o “Pessoal” e a “Aquisição de Bens e Serviços”, que absorvem 90,08% das despesas de funcionamento.

As despesas com ”Aquisição de Bens e Serviços” devem-se essencialmente a aquisição de combustíveis e lubrificantes, trabalhos especializados, energia, encargos de cobrança de receitas e vários eventos desportivos e culturais para dinamização do concelho de Olhão, tendo-se verificado um aumento de 9,45% em relação ao ano anterior.

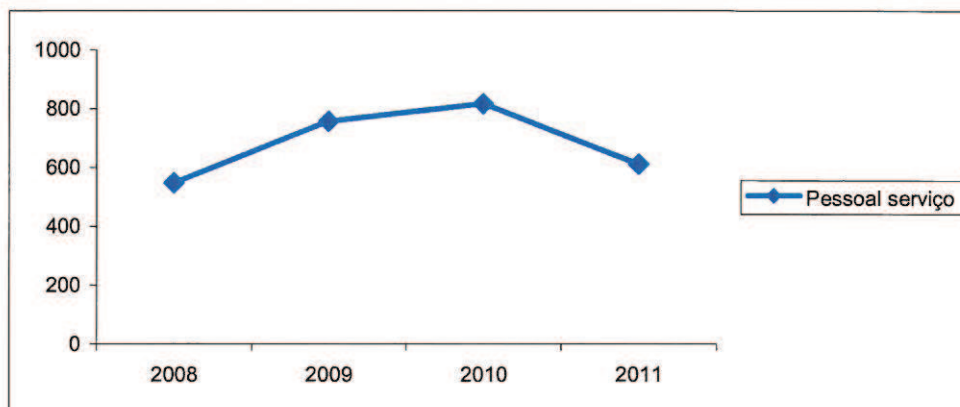
O Município de Olhão apresenta na presente gerência 610 funcionários, que se encontram distribuídos pelas várias Carreiras/Categorias Profissionais, verificando-se uma diminuição de 1.296.889,84€ das respectivas despesas.

Categoria	Quantidade
Diretor Departamento	2
Chefe Divisão	13
Técnico Superior	85
Assistente Técnico	120
Coordenador Técnico	14
Assistente Operacional	308
Encarregado Geral Operacional	1
Encarregado Operacional	11
Fiscal Municipal Esp.Pr	1
Fiscal Municipal Esp.	2
Fiscal Municipal 2ª Cl.	1
Bombeiro - Comandante	1
Bombeiros de 1ª clase	2
Bombeiros de 3ª clase	38
Bombeiros Recruta	6
Especialistas de Informática Grau 1	1
Técnico de Informática Grau 1	3
Técnico de Informática Grau 2	1
Total	610

Ao longo dos últimos anos existiu alguma variação no número de pessoal ao serviço do Município, tendo-se verificado um aumento substancial em 2009 em virtude da assinatura do contrato de execução com o Ministério da Educação em que foram

transferidos 234 funcionários. Em 2011, verificou-se a cedência por interesse público de 153 funcionários para a empresa municipal Ambiolhão.

	2008	2009	2010	2011
Pessoal serviço	547	757	816	610



5. Endividamento autarquico

5.1 Endividamento para 2011

O ano 2008 ficou marcado pela adaptação e cumprimento da nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro), sendo esta matéria tratada no Título IV da referida lei. Tendo esta matéria sido alterada sucessivamente pelos vários Orçamentos de Estado.

➤ Empréstimos de Médio e Longo Prazo

Entidade	Finalidade do Empréstimo	Capital utilizado	Encargos do ano 2011			Dívida em 1 de Janeiro	Dívida em 31 de Dezembro
			Amortização	Juros	Total		
C.G.D.	Intempéries DL 47/96 de 15/05 (I)	149.639,37	10.667,08	64,00	10.731,08	10.667,08	0,00
C.G.D.	Intempéries DL 47/96 de 15/05 (I)	149.639,37	11.370,82	86,36	11.457,18	11.370,82	0,00
C.G.D.	Desporto, Tempos Livres (I)	183.657,39	20.369,44	445,52	20.814,96	20.369,44	0,00
C.G.D.	Baixa Comercial de Olhão (I)	496.802,71	55.130,64	1.259,34	56.389,98	55.130,64	0,00
C.G.D.	Reabilitação da Zona Ribeirinha da Fuseta (I)	251.194,62	31.124,80	905,23	32.030,03	31.124,80	0,00
C.G.D.	Ren. Urb. Av.ª 16 Junho e Z. Adjacentes (I)	71.994,42	3.885,95	723,10	4.609,05	42.745,45	38.859,50
C.G.D.	Saneamento Básico - 1ª Fase (I)	315.489,67	17.020,78	3.168,71	20.197,49	187.316,59	170.287,81
C.G.D.	Ren. Urb. Entrada Poente de Olhão (I)	189.573,13	9.117,13	1.696,51	10.813,64	100.288,43	91.171,30
C.G.D.	Ren. Urb. Av.ª Bernard. Silva/EN125/Rotunda (I)	127.759,30	6.895,90	1.283,19	8.179,09	75.854,89	68.958,99
C.G.D.	Empréstimo para Investimento (N)	1.995.191,59	118.568,26	22.938,50	141.506,76	1.353.426,59	1.234.858,33
C.G.D.	Empréstimo para Investimento (N)	2.000.000,00	118.206,71	20.716,30	138.923,01	1.531.774,00	1.413.567,29
C.G.D.	Rede de Águas de Moncarapacho - Ampliação e Remodelação (I)	95.936,07	7.963,00	2.275,79	10.238,79	99.537,56	91.574,56
C.G.D.	Reforço do abastecimento de Água à Fuseta (I)	72.162,10	8.416,04	822,71	9.238,75	37.872,18	29.456,14
C.G.D.	Empréstimo para Investimento	762.248,00	40.473,75	9.310,36	49.784,11	626.764,81	586.291,06
C.G.D.	Financiamento complementar de Projectos Participados (I)	649.951,13	34.288,89	8.048,59	42.337,48	541.535,49	507.246,60
C.G.D.	Empréstimo para Investimento	771.194,00	40.677,03	9.178,72	49.855,75	651.368,48	610.691,45
C.G.D.	Empréstimo para Investimento	1.032.806,00	54.150,16	15.153,20	69.303,36	977.125,39	922.975,23
C.G.D.	Empréstimo para Investimento	4.500.000,00	202.982,95	105.673,25	308.656,20	4.500.000,00	4.297.017,05
B.P.I.	Empréstimo para Investimento (N)	3.000.000,00	162.867,46	52.526,34	215.393,80	2.235.368,55	2.072.501,09
B.P.I.	Empréstimo para Aquisição de Habitação Social	2.023.106,00	77.788,36	31.122,89	108.911,25	2.023.106,00	1.945.317,64
CCAM	Saneamento Básico de Belmonte e Belamandil (I)	138.847,54	10.365,40	1.040,91	11.406,31	77.740,46	67.375,06
B.E.S.	Empréstimo para Investimento - BES (N)	520.000,00	28.888,88	6.802,50	35.691,38	382.777,82	353.888,94
L.H.R.U.	Habitação Social 12 Fogos * (I)	214.657,41	18.368,38	803,55	19.171,93	84.139,60	65.771,22
L.H.R.U.	Habitação Social 24 Fogos * (I)	444.336,59	37.091,18	1.622,62	38.713,80	187.081,52	149.990,34
L.H.R.U.	Habitação Social 52 Fogos * (I)	1.256.078,93	57.552,20	6.434,32	93.986,52	632.625,55	545.073,35
L.H.R.U.	Habitação Social 94 Fogos * (I)	1.226.942,15	102.404,14	5.073,66	107.477,80	469.080,57	366.676,43
L.H.R.U.	Renegociação dos empréstimos anteriores (I)	1.587.825,35	151.066,97	6.248,37	157.315,34	460.928,54	309.861,57
L.H.R.U.	Habituação Social 204 Fogos * (I)	4.950.622,00	276.108,68	61.118,52	337.227,20	4.565.097,65	4.288.988,97
	Total	29.177.654,83	1.743.818,96	376.543,06	2.120.362,04	21.972.218,90	20.228.399,92

Dívida Empréstimos M/L Prazo a 31/12	Valor expecionado	Valor para o limite
20.228.399,92	8.615.578,78	11.612.821,14

➤ Endividamento líquido

Contas	Saldo devedor	Saldo credor
11 Caixa	79.969,80	
12 Depósitos em instituições financeiras	944.769,08	
212 Contribuintes, c/c		
213 Utentes, c/c	406.867,15	
217 Clientes e utentes c/ cauções		30.237,04
218 Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	862.806,53	
221 Fornecedores, c/c		3.732.346,33
222 a 227(...)		
228 Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		458.110,82
23121 Empréstimos bancários		14.502.038,04
23123 Outros empréstimos obtidos		5.726.361,88
24 Estado e outros entes públicos	33.248,21	
2611 Fornecedores de imobilizado, c/c		4.323.594,76
2612 a 2617(...)		
262 Pessoal		483,05
263 Sindicatos		
2641 Associações de municípios		58.274,00
2647 Empresas municipais e intermunicipais		2.475.360,00
268 Devedores e credores diversos	8.823.414,70	
271 Acréscimos de proveitos	412.433,10	
272 Custos diferidos	13.825,56	
273 Acréscimos de custos		1.148.415,31
2745 Subsídios para investimentos		21.072.315,94
2749 Outros proveitos diferidos		28.955,18
411 Partes de capital	4.475.318,98	
Total	16.052.653,11	53.556.492,35
Contas a não considerar		
2745		21.072.315,94
2749		28.955,18
Endividamento líquido		16.402.568,12

Divida Empréstimos M/L. Prazo a 31/12	Valor excepcionado	Valor para o limite
20.228.399,92	8.615.578,78	11.612.821,14

➤ Resumo

Endividamento de médio e longo prazo		Endividamento líquido	
Limite da divida médio e longo prazo do Município não excepcionada	Divida médio e longo prazo do Município não excepcionada	Limite Endividamento líquido do Município	Endividamento líquido do Município
12.529.071,00	11.612.821,14	19.035.807,00	7.786.989,34
Margem	916.249,86	Margem	11.248.817,66

Relativamente aos limites previstos na Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro) e respectivas alterações, constata-se que o Município cumpre ambos os limites previstos, o endividamento de médio e longo prazo e o endividamento líquido.

5.2 Serviço da Dívida

A análise seguinte contém informação sintetizada sobre a capitação do serviço da dívida pago pelo Município em 2011, nas vertentes dos encargos financeiros (juros) e passivos financeiros (amortizações).

$$\frac{\text{Amortização}}{\text{Despesa Total}} = \frac{1.743.818,98 \text{ €} \times 100}{26.955.275,04\text{€}} = 6,47\%$$

$$\frac{\text{Encargos Financeiros}}{\text{Despesa Corrente}} = \frac{496.852,39\text{€} \times 100}{22.800.210,95\text{€}} = 2,18\%$$

Como se pode verificar o serviço da dívida representa 6,47% da despesa total e os encargos financeiros 2,18% das despesas correntes

6. Aquisição de Bens de Capital/ Investimento Global

O investimento apurado a partir dos documentos de prestação de contas das autarquias locais não reflecte a totalidade dos esforços efectuados nesta área, dado que não inclui, nomeadamente, as verbas despendidas através das obras realizadas por administração directa ou os investimentos realizados por freguesias, na sequência da celebração de protocolos com o Município, cujos montantes protocolados, em sede contabilística, corresponde a transferências de capital. O investimento diminuiu a sua representatividade na estrutura total da despesa, passando de 16,19% para 7,63% em relação ao ano anterior, conforme se verifica no mapa do ponto 4.1.4 – Realização da Despesa.

Segue-se a desagregação do investimento pelas várias rubricas que o constituem:

Rubricas	2010	2011	Variação	
			Valor	Taxa
Terrenos	0,00	0,00	0,00	100,00%
Habitacões	128.117,32	8.495,17	-119.622,15	-93,37%
Edifícios	2.187.940,05	527.402,41	-1.660.537,64	-75,90%
Instalações de serviço	39.287,17	46.943,65	7.656,48	19,49%
Instalações desportivas e recreativas	66.310,91	36.733,26	-29.577,65	-44,60%
Mercados e instalações de fiscalizaçao sanitária	1.805,67	0,00	-1.805,67	-100,00%
Escolas	2.002.204,81	420.076,69	-1.582.128,12	-79,02%
Outros	78.331,49	23.648,81	-54.682,68	-69,81%
Construções diversas	46.705,77	77.423,93	30.718,16	65,77%
Bens domínio público	1.509.701,35	571.582,72	-938.118,63	-62,14%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	595.866,01	265.233,42	-330.632,59	-55,49%
Sistemas drenagem águas residuais	212.946,44	27.979,65	-184.966,79	100,00%
Iluminação pública	54.263,71	16.523,19	-37.740,52	-69,55%
Parques e Jardins	342,56	45.523,76	45.181,20	13189,28%
Captaçao e distribuicão de água	113.951,90	36.271,70	113.951,90	-68,17%
Viaçao rural	40.318,37	0,00	113.951,90	100,00%
Sinalizaçao e trânsito	116.802,87	32.330,15	-84.472,72	-72,32%
Infraestruturas p/ tratamento resíduos sólidos	329,10	0,00	-329,10	-100,00%
Outros (Urbanizaçao)	348.168,39	147.720,85	-200.447,54	-57,57%
Bens património histórico, artístico e cultural	26.712,00	0,00	-26.712,00	100,00%
Material de transporte	73.556,64	31.463,29	-42.093,35	-57,23%
Equipamento de informática	28.233,67	87.611,11	59.377,44	210,31%
Software informático	22.164,48	49.789,87	27.625,39	124,64%
Equipamento administrativo	99.130,95	34.850,14	-64.280,81	-64,84%
Equipamento básico	526.590,20	473.181,17	-53.409,03	-10,14%
Ferramentas e utensílios	1.847,90	1.814,11	-33,79	-1,83%
Artigos e objectos de valor	10.617,60	0,00	-10.617,60	-100,00%
Investimentos incorpóreos	36.275,80	184.429,30	148.153,50	408,41%
Locaçao Financeira	32.132,63	9.782,89	-22.349,74	100,00%
Total	4.703.014,36	2.057.826,11	-2.645.188,25	-56,24%

Analisando a variaçao da aquisicão de bens de capital entre o ano 2010 e 2011 verifica-se que esta teve uma diminuicão de 56,24%, tendo o investimento mais expressivo sido canalizado para “Equipamento básico”, seguido de “Edifícios - Escolas” e dos “Bens do domínio público - Viadutos, arruamentos e obras complementares”.

7. Fluxos de Caixa

	Recebimentos 2010		Recebimentos 2011	
Saldo da Gerência Anterior		1.313.607,90		1.441.259,81
Execução Orçamental	477.025,93		636.195,62	
Operações de Tesouraria	836.581,98		805.064,19	
Total das Receitas Orçamentais		29.211.208,61		26.699.603,51
Receitas Correntes	25.950.201,85		24.354.057,36	
Receitas Capital	3.261.006,76		2.345.546,15	
Operações de Tesouraria		2.210.622,69		2.092.567,02
Total		32.735.439,20		30.233.430,34

	Pagamentos 2010		Pagamentos 2011	
Total das Despesas Orçamentais		29.052.038,92		26.955.275,04
Despesas Correntes	22.566.291,75		22.800.210,95	
Despesas Capital	6.485.747,17		4.155.064,09	
Operações de Tesouraria		2.242.146,14		2.253.416,41
Saldo para a Gerência Seguinte		1.441.254,15		1.024.738,89
Execução Orçamental	636.195,62		380.524,09	
Operações de Tesouraria	805.058,53		644.214,80	
Total		32.735.439,21		30.233.430,34

Neste mapa podemos verificar as entradas e saídas de tesouraria, de onde se conclui que no ano 2011 houve uma redução de 7,64% relativamente ao ano anterior.

Como se pode verificar o saldo para a gerência seguinte de 2010 é diferente do saldo inicial de 2011 de “Operações de Tesouraria”, esta diferença deve-se a um lançamento incorrecto de 2009 o qual foi corrigido na presente gerência.

8. RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Após a análise efectuada às receitas e despesas deste Município é fundamental fazer um balanço, o qual resulta num saldo disponível que se traduz em poupança corrente que foi canalizada para investimento.

Descrição	Receita Cobrada	Despesa Efectuada	Diferença
Saldo inicial			636.195,62
Correntes	24.354.057,36	22.800.210,95	1.553.846,41
Capital	2.345.546,15	4.155.064,09	-1.809.517,94
Total	26.699.603,51	26.955.275,04	380.524,09

Com base em princípios de gestão, de acordo com os quais é positiva a orientação da poupança corrente para financiamento das despesas de capital, constata-se que a receita corrente é de 1.553.846,41€ superior à despesa da mesma natureza, da qual 1.809.517,94€ é canalizada para investimento de capital, ficando o valor remanescente 380.524,09€ como saldo para a gerência seguinte.

9. ANÁLISE PATRIMONIAL

A CMO adoptou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL, aprovado pelo D. L. n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro no ano 2002.

9.1 Características da informação financeira

As demonstrações financeiras devem proporcionar informação acerca da posição financeira, das alterações desta e dos resultados das operações, para que sejam úteis ao planeamento, controlo e à tomada de decisão.

Neste sentido, as demonstrações financeiras devem revelar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e do resultado das operações da entidade, com base em características qualitativas (relevância, fiabilidade e comparabilidade), princípios orçamentais e contabilísticos e regras previsionais legalmente estabelecidas no POCAL.

9.2 Balanço

	2011	2010	% Cresc. 2010/2011	2009	2008	2007	2006
Activo Líquido							
Bens de Domínio Público	33.848.807,52	37.597.893,74	-9,97%	58.948.408,65	60.797.347,94	64.437.887,10	69.781.704,23
Imobilizações Incorpóreas	58.499,38	47.497,03	23,16%	35.629,35	21.595,48	14.606,38	18.210,80
Imobilizações Corpóreas	87.032.054,78	88.094.932,01	-1,21%	88.810.271,93	85.869.568,53	80.381.877,09	63.590.200,92
Investimentos Financeiros	4.475.318,98	4.475.318,98	0,00%	4.150.318,98	4.050.318,98	1.575.318,98	1.575.318,98
Existências	80.317,83	146.317,95	-45,11%	153.773,99	137.576,69	166.933,71	176.354,14
Dividas de terceiros, médio e longo prazo	10.603.617,60	0,00	100,00%	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividas de terceiros, curto prazo	1.851.084,95	1.059.773,83	74,67%	578.699,89	1.145.892,25	957.963,23	1.451.518,60
Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00%	249.992,87	249.992,87	249.992,87	249.992,87
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	1.024.738,88	1.441.254,14	-28,90%	1.063.615,03	660.736,53	873.512,80	872.883,09
Acréscimos e diferimentos	426.258,66	852.148,90	-49,98%	1.497.168,39	871.716,09	1.233.669,70	59.257,31
Total do Activo Líquido	139.400.698,58	133.715.136,58	4,25%	155.487.879,08	153.804.745,36	149.891.761,86	137.775.440,94
Fundos Próprios e Passivo							
Património	109.276.988,74	124.712.064,97	-12,38%	124.712.064,97	124.712.064,97	124.712.064,97	124.712.064,97
Doações	3.005.755,53	2.922.139,63	2,86%	2.912.139,63	2.912.139,63	13.139,63	
Reservas decorrentes de transferência de activos	5.858.939,00	5.858.939,00	0,00%	5.858.939,00	5.858.939,00	5.858.939,00	5.858.939,00
Resultados transitados	-35.033.982,43	-36.796.109,19	-4,79%	-25.817.132,93	-20.586.355,17	-18.441.485,66	-16.927.951,87
Resultado Líquido do Exercício	-2.203.264,49	-17.344.762,01	-87,30%	-10.978.976,26	-5.230.777,76	-2.144.869,51	-1.513.533,79
Provisões para Riscos e Encargos	1.859.682,45	1.690.718,86	9,99%	337.200,00	325.000,00	0	0
Dividas a terceiros, M/L prazo	20.228.399,92	21.960.622,15	-7,89%	22.788.047,75	19.881.185,68	20.998.837,61	13.840.023,26
Dividas a terceiros, curto prazo	14.158.493,43	13.257.075,19	6,80%	17.295.098,45	8.596.362,26	3.352.890,23	5.621.329,10
Acréscimos e diferimentos	22.249.686,43	17.454.447,98	27,47%	18.380.498,47	17.336.186,75	15.542.245,59	6.184.570,27
Total dos Fundos Próprios e Passivo	139.400.698,58	133.715.136,58	4,25%	155.487.879,08	153.804.745,36	149.891.761,86	137.775.440,94

Pode-se verificar um crescimento de 4,25% do balanço relativamente ao ano anterior, sendo necessário efectuar-se uma pequena análise dos grupos constantes deste mapa:

➤ Activo líquido

O aumento verificado em dívidas de terceiros de curto prazo de 74,67%, deve-se ao reconhecimento de dívida relativa a anos anteriores.

Relativamente às dívidas de médio e longo prazo estas são referentes às condições constantes do contrato de gestão celebrado com a empresa municipal Ambiolhão, tendo o mesmo sido alterado e aprovado pelo órgão deliberativo, o que implicou o registo de um valor a receber e uma correção das menos-valias registadas no ano anterior através da rubrica de resultados transitados (10.301.288,25).

Os Acréscimos e Diferimentos também registam alteração significativa, quando comparados com 2010, registando-se uma redução expressiva na especialização dos

acréscimos de proveitos, devido a ter transitados para a empresa municipal Ambiolhão as áreas relacionadas com a cobranças de água e resíduos sólidos, não se tendo especializado o consumo do mês de Dezembro o que aconteceu no ano anterior.

Redução dos depósitos em instituições financeiras e caixa, face à pouca liquidez verificada durante o ano 2011.

Redução dos bens do domínio público em virtude de acertos efetuados durante o ano por força da transferência para a empresa municipal (Ambiolhão) das infra-estruturas de águas e saneamento, por via da constituição e celebração do contrato de gestão.

Redução das existências em armazém, pois grande parte eram materiais relacionados com as águas e saneamento, os quais transitaram para a empresa municipal.

➤ Fundos Próprios e Passivo

Redução das Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo, pela amortização anual dos empréstimos.

As Dívidas a Terceiros de Curto prazo, registam um aumento em virtude do ano ter sido marcado pela redução dos valores arrecadados, o que implicou a redução dos pagamentos efetuados.

Aumento da provisão para riscos e encargos relativa a processos em tribunal a aguardar decisão.

Relativamente aos fundos próprios verifica-se uma redução dos resultados transitados que apesar da acumulação de resultados líquidos negativos verificados aos longos dos anos existiu várias correções ao longo do anos, nomeadamente, por força da alteração do contrato de gestão com a Ambiolhão conforme já referido anteriormente. Por outro lado, foi corrigido o valor não reconhecido no balanço inicial relativo aos subsídios para investimento no valor de 8.805.600,52€, tendo este implicado uma redução do valor do património em 15.435.240,93€

Melhoria considerável do resultado do exercício provocado essencialmente pela transferência de áreas com custos elevados para a empresa municipal, bem como da contenção dos restantes custos face à atual situação financeira. É de referir ainda que o

ano 2010 foi um ano anormal no que diz aos resultados líquidos pelo registo de menos valias associadas à transferência dos bens para a empresa municipal Ambiolhão.

9.3 Demonstração de Resultados

	2011	2010	% Cresc. 20010/2011	2009	2008	2007	2006
Custos e Perdas							
CMVMC	799.943,55	2.830.381,21	-71,74%	2.467.579,83	2.276.649,72	2.720.218,75	1.451.745,35
Fornecimento e serviços externos	6.221.135,01	8.712.162,44	-28,59%	9.736.979,78	9.365.668,37	9.189.687,67	6.672.051,59
Custos com o pessoal	10.277.013,45	12.347.436,93	-16,77%	12.375.917,21	8.431.146,88	8.291.696,60	7.230.671,31
Transf. / Subs. correntes conced. e prest. sociais	3.445.139,99	2.273.573,79	51,53%	2.160.218,57	2.174.314,96	1.901.341,39	1.386.661,31
Amortizações do exercício	5.845.468,58	5.805.094,88	0,70%	7.309.993,08	7.134.029,37	6.857.497,47	6.670.816,68
Provisões do exercício	749.846,71	1.466.179,92	-48,86%	416.173,37	345.158,95	241.881,52	0
Outros custos operacionais	83.085,37	344.056,59	-75,85%	259.869,68	56.824,91	32.337,70	36.996,09
Custos e perdas financeiras	638.853,68	707.207,66	-9,67%	992.961,68	1.085.669,67	576.039,64	548.875,04
Custos e perdas extraordinárias	1.429.992,19	11.542.286,48	-87,61%	2.479.420,04	571.520,10	1.054.347,44	492.703,47
Total dos Custos e Perdas	29.490.478,53	46.028.379,90	-35,93%	38.199.113,24	31.440.982,93	30.865.048,18	24.490.520,84
Proveitos e Ganhos							
Vendas e Prestações de Serviços	1.042.314,77	4.976.279,93	-79,05%	4.812.362,42	4.604.480,65	4.477.961,03	3.853.125,27
Impostos e Taxas	8.241.485,03	9.111.011,85	-9,54%	9.508.095,78	10.825.223,87	13.238.133,38	10.050.490,27
Transferências e Subsídios Obtidos	11.472.445,46	11.283.446,17	1,68%	10.784.781,09	7.729.439,32	7.389.516,62	7.464.915,40
Outros proveitos e ganhos operacionais	812.294,53	811.762,59	0,07%	945.130,83	837.858,05	715.720,98	1.057.830,89
Proveitos e ganhos financeiros	534.759,65	684.914,71	-21,92%	539.937,14	448.749,56	352.105,59	324.845,96
Proveitos e ganhos extraordinários	5.183.914,60	1.816.202,64	185,43%	629.829,72	1.764.453,72	2.546.741,07	225.779,26
Total dos Proveitos e Ganhos	27.287.214,04	28.683.617,89	-4,87%	27.220.136,98	26.210.205,17	28.720.178,67	22.976.987,05
Resultado Líquidos	-2.203.264,49	-17.344.762,01	-87,30%	-10.978.976,26	-5.230.777,76	-2.144.869,51	-1.513.533,79

Em termos gerais, verifica-se uma redução dos custos em 35,93% e dos proveitos em 4,87%, o que contribuiu para melhorar os Resultado Líquido face ao ano anterior.

Os Custos com Pessoal, quando comparados com o ano de 2010, registam uma diminuição de -2.070.423,48€, devendo-se essencialmente à passagem do pessoal para a empresa municipal Ambiolhão, bem como a redução das despesas com abonos variáveis e eventuais.

Aumento sem qualquer expressão das amortizações do exercício.

Outros Custos Operacionais, tiveram uma redução expressiva em virtude de a taxa de recursos hídricos e a taxa de gestão de resíduos terem passado para a empresa municipal, sendo o valor registado referente, essencialmente, a emolumentos e quotizações.

Redução dos custos financeiros em virtude da redução do valor em dívida dos empréstimos a médio e longo prazo.

Redução expressiva dos custos e perdas extraordinários em virtude de no ano anterior ter existido a transferência dos bens para a empresa municipal Ambiolhão.

Em relação aos Proveitos, há a salientar uma quebra das Vendas e Prestações de Serviços, dos Impostos e Taxas e dos Proveitos e Ganhos Financeiros, um aumento, das Transferências e Subsídios Obtidos, dos Outros Proveitos e Ganhos Operacionais e dos Proveitos e Ganhos Extraordinários.

O montante considerado em Proveitos e Ganhos Extraordinários no ano de 2011, contempla correcções de proveitos não reconhecidos nos anos anteriores, bem como correcções de alguns lançamentos contabilísticos efectuados incorrectamente em gerências anteriores.

Como se pode verificar houve uma melhoria do resultado líquido do exercício face ao ano anterior, devido à redução substancial dos custos.

9.4 Análise de algumas rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados

9.4.1 Imobilizações

	2011	2010	% Cresc. 2011/2010
Activo Bruto			
Bens domínio público	70.694.998,75	70.482.214,37	0,30%
Imobilizações Incorpóreas	413.834,50	351.539,92	17,72%
Imobilizações Corpóreas	102.309.748,08	101.605.654,99	0,69%
Investimentos Financeiros	4.475.318,98	4.475.318,98	0,00%
Total do Activo Bruto	177.893.900,31	176.914.728,26	0,55%
Amortizações			
Bens domínio público	36.846.191,23	32.884.320,63	12,05%
Imobilizações Incorpóreas	355.335,12	304.042,89	16,87%
Imobilizações Corpóreas	15.277.693,30	13.510.722,98	13,08%
Total das Amortizações	52.479.219,65	46.699.086,50	12,38%
Total do Activo Líquido	125.414.680,66	130.215.641,76	-3,69%

Com se pode verificar o imobilizado bruto teve um aumento pouco expressivo 0,55%, tendo o seu valor líquido uma redução de 3.69% por força das amortizações.

9.4.2 Provisões

Foram considerados para o cálculo das provisões as dívidas há mais de 6 e 12 meses, de acordo com o ponto 2.7.1 do POCAL

Descrição	Valor da provisão		Total
	Mais 12 meses 100%	Entre 6 e 12 meses 50%	
Ilha da Armona	8.493,07	2.937,93	11.431,00
Mercados e Feiras		750,00	750,00
Rendas	149.098,05	9.697,38	158.795,43
Publicidade e Ocupação Via Pública	13.221,69	2.863,92	16.085,61
Serviços desportivos	64.296,41	11.210,23	75.506,64
Serviços educação	70.739,57	13.980,00	84.719,57
Bombeiros		4.940,69	4.940,69
Águas	368.892,66	30.444,34	399.337,00
Total	674.741,45	76.824,49	751.565,94

9.4.3 Demonstração do custo das matérias vendidas e consumidas

	2011	2010	% Cresc.	2009	2008	2007	2006
			2010/2011				
CMVMC							
Mercadorias	0,00	1.967.090,86	-100,00%	2.042.794,31	1.819.443,19	2.565.691,64	1.441.461,52
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	799.943,55	863.290,35	-7,34%	424.785,52	457.206,53	154.527,11	10.283,83
Total CMVMC	799.943,55	2.830.381,21	-71,74%	2.467.579,83	2.276.649,72	2.720.218,75	1.451.745,35

Em 2011, o Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas decresceu 71,74%, uma vez que a área com maior expressão deixou de existir (aquisição de água para consumo humano).

9.4.4 Resultados Financeiros

	2011	2010	% Cresc.	2009	2008	2007	2006
			2010/2011				
Resultados Financeiros							
Proveitos Financeiros	534.759,65	684.914,71	-21,92%	539.937,14	448.749,56	352.105,59	324.845,96
Custos Financeiros	638.853,68	707.207,66	-9,67%	992.961,68	1.085.669,67	576.039,64	548.875,04
Resultados Financeiros	-104.094,03	-22.292,95	366,94%	-453.024,54	-636.920,11	-223.934,05	-224.029,08

Verifica-se uma evolução negativa de 366,94% dos resultados financeiros, proporcionada pela redução dos proveitos não compensada pela diminuição dos custos.

9.4.5 Resultados extraordinários

	2011	2010	% Cresc. 2010/2011	2009	2008	2007	2006
Resultados Extraordinários							
Proveitos Extraordinários	5.183.914,60	1.816.202,64	185,43%	629.829,72	1.764.453,72	2.546.741,07	225.779,26
Custos Extraordinários	1.429.992,19	11.542.286,48	-87,61%	2.479.420,04	571.520,10	1.054.347,44	492.703,47
Resultados Financeiros	3.753.922,41	-9.726.083,84	-138,60%	-1.849.590,32	1.192.933,62	1.492.393,63	-266.924,21

A variação dos Resultados Extraordinários, é provocada pelo crescimento anormal dos proveitos e da redução dos custos.

O valor registado nos proveitos deve-se essencialmente ao acerto de contas efetuado com a empresa municipal Ambiolhão, uma vez que o Município assumiu todos os custos até o início de actividade da referida empresa, a qual ocorreu no início do 2º semestre.

No que respeita aos custos foram registadas menos valias pelo abate de alguns bens, transferências de capital para entidades sem fins lucrativos, freguesias e empresas municipais e ainda correções relativas ao ano anterior.

9.4.6 Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Face ao Resultado Líquido do Exercício de -2.203.264,49€ (dois milhões, duzentos e três mil, duzentos e sessenta e quatro euros e quarenta e nove cêntimos), nos termos do disposto no ponto 2.7.3 do POCAL propõe-se a sua aprovação e que o mesmo seja levado à conta 59 – Resultados Transitados.

10. CONTABILIDADE DE CUSTOS

O Desenho e Implementação de um Sistema de Contabilidade de Custos para apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços é obrigatório nos termos do n.º 2.8.3.1 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro.

Impôs-se, pois, criar as condições para a sua efetiva implementação e encetar um conjunto de procedimentos conducentes a alcançar tal desiderato.

A macroestrutura de centros de custos utilizada pelo Município foi criada tendo em vista a imputação de todos os tipos de custos possíveis no âmbito das atribuições e competências a que o Município está incumbido pela Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro. Importa referir que o ano de 2011 foi o ano de aperfeiçoamento do Sistema de Contabilidade de Custos no Município de Olhão e que, por esse motivo, os resultados finais obtidos neste ano poderão, eventualmente, não ser os melhores para serem utilizados na tomada de decisões de gestão estratégica, por razões que se prendem com a recente aprendizagem no manuseamento da estrutura de custos criada nas aplicações e de todos os registos decorrentes da mesma.

No entanto, todos os lançamentos de 2011 foram reconciliados, bem como repartidos os custos indirectos de todos os meses do ano. Pode-se, no entanto dizer que o Município de Olhão tem, neste momento, encerrada a Contabilidade de Custos de 2011 mediante alguns condicionalismos que pretende ultrapassar durante o ano 2012.

Dos resultados obtidos com o Sistema de Contabilidade de custos de 2011, o apuramento dos custos por funções é o seguinte:

Função	Designação da Função	Custos
111	Administração geral	385.787,38 €
121	Proteção civil e luta contra incêndios	159.858,64 €
211	Ensino não superior	1.065.968,87 €
212	Serviços auxiliares de ensino	151.851,90 €
221	Serviços individuais de saúde	10.471,69 €
232	Ação social	283.299,27 €
241	Habitação	454.080,34 €
242	Ordenamento do território	60.683,91 €
243	Saneamento	24.719,62 €
244	Abastecimento de água	108.131,43 €
245	Resíduos sólidos	47.632,85 €
246	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	738.350,74 €
251	Cultura	817.826,67 €
252	Desporto, recreio e lazer	1.168.120,71 €
253	Outras atividades cívicas e religiosas	15.500,00 €
320	Indústria e energia	769.554,23 €
331	Transportes rodoviários	4.283.118,25 €
333	Transportes fluviais	52.463,21 €
341	Mercados e feiras	114.927,70 €
342	Turismo	64.658,26 €
420	Transferências entre administrações	3.023.395,59 €
430	Diversas não especificadas	2.342.007,91 €

De acordo com os custos apurados nas funções, a função que se destaca a nível de custos é a “331-Transportes Rodoviários”, que representa o grande investimento feito

nas infra-estruturas rodoviárias, sinalização e parques de estacionamento nos últimos anos. Os custos associados são essencialmente as amortizações desses investimentos. Os custos apurados nas restantes funções, além do investimento realizado em anos anteriores, representam o enorme esforço financeiro e aposta do Município, essencialmente, nas áreas da Educação, Desporto, Cultura, Meio Ambiente e Ação Social.

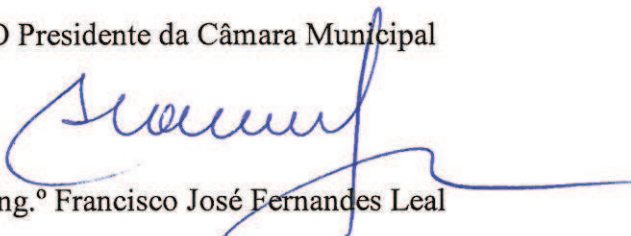
CONCLUSÃO

Após a análise detalhada da situação financeira deste Município ao longo deste relatório, constata-se que em termos gerais o ano 2011 ficou marcado pela redução generalizada em todas as áreas, como se pode verificar pelos seguintes pontos:

- Execução orçamental da receita de 56,13% e da despesa de 55,35%;
- Redução de 7,47% da receita e de 7,22% da despesa;
- Redução de 10,65% das despesas com pessoal;
- Redução dos bens de capital (domínio público e privado) em 56,24%;
- Poupança significativa de correntes para financiamento das despesas de capital;
- Aumento de 4,25% do Balanço;
- Resultado líquido negativo no valor de -2.203.264,49€;

Paços do Concelho, 24 de Abril de 2012

O Presidente da Câmara Municipal



Eng.º Francisco José Fernandes Leal